

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

INCÊNDIO FLORESTAL DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENA)

CONCELHOS:

Ribeira de Pena

Vila Pouca de Aguiar



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Edição: outubro de 2016



Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA:	3
2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	5
2.1. Total em perímetro florestal	5
2.2. Concelhos e freguesias	6
2.3. Ocupação do solo	6
2.4. Espécies florestais	7
2.5. Áreas classificadas	8
2.6. Outras atividades económicas	8
Atividade Apícola - O incêndio afetou vários apiários existentes na região.	8
3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS	9
4. Medidas para estabilização de emergência	10
4.1. Combate à erosão e correcção torrencial	10
4.2. Fitossanidade	11

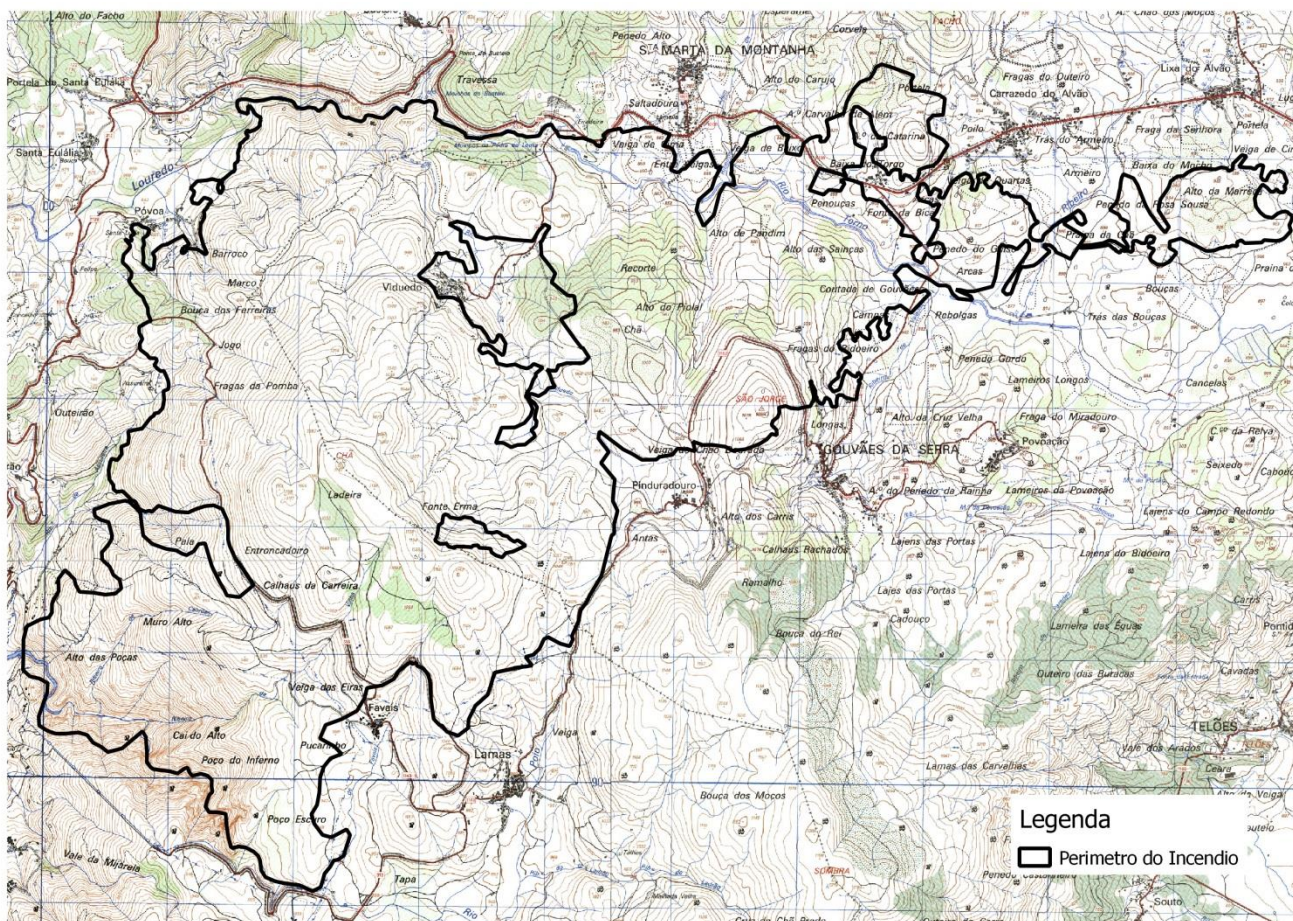
Anexo FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCÊNDIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA:



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

No dia 6 de setembro de 2016 teve origem em Alvadia, no concelho de Ribeira de Pena um incêndio que se prolongou até ao dia 15 de setembro, cuja área ardida se juntou a outros dois incêndios, Cabriz, também em Ribeira de Pena, e Pindoradouro, Vila Pouca de Aguiar, que tiveram como resultado final áreas ardidas de povoamento florestal, matos e alguma agricultura num valor total estimado de 2418,31 ha.



MAPA 1. ÁREA AFETADA PELO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENHA)

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria nº 134/2015, de 18 de maio – Operação 8.1.4. “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos”, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são inicialmente, identificadas as intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afectados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afectados.

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspectivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas. Os dados constantes neste trabalho baseiam-se em fotointerpretação de ortofotomapas, informação disponibilizada *online*, informação integrante dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, etc.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

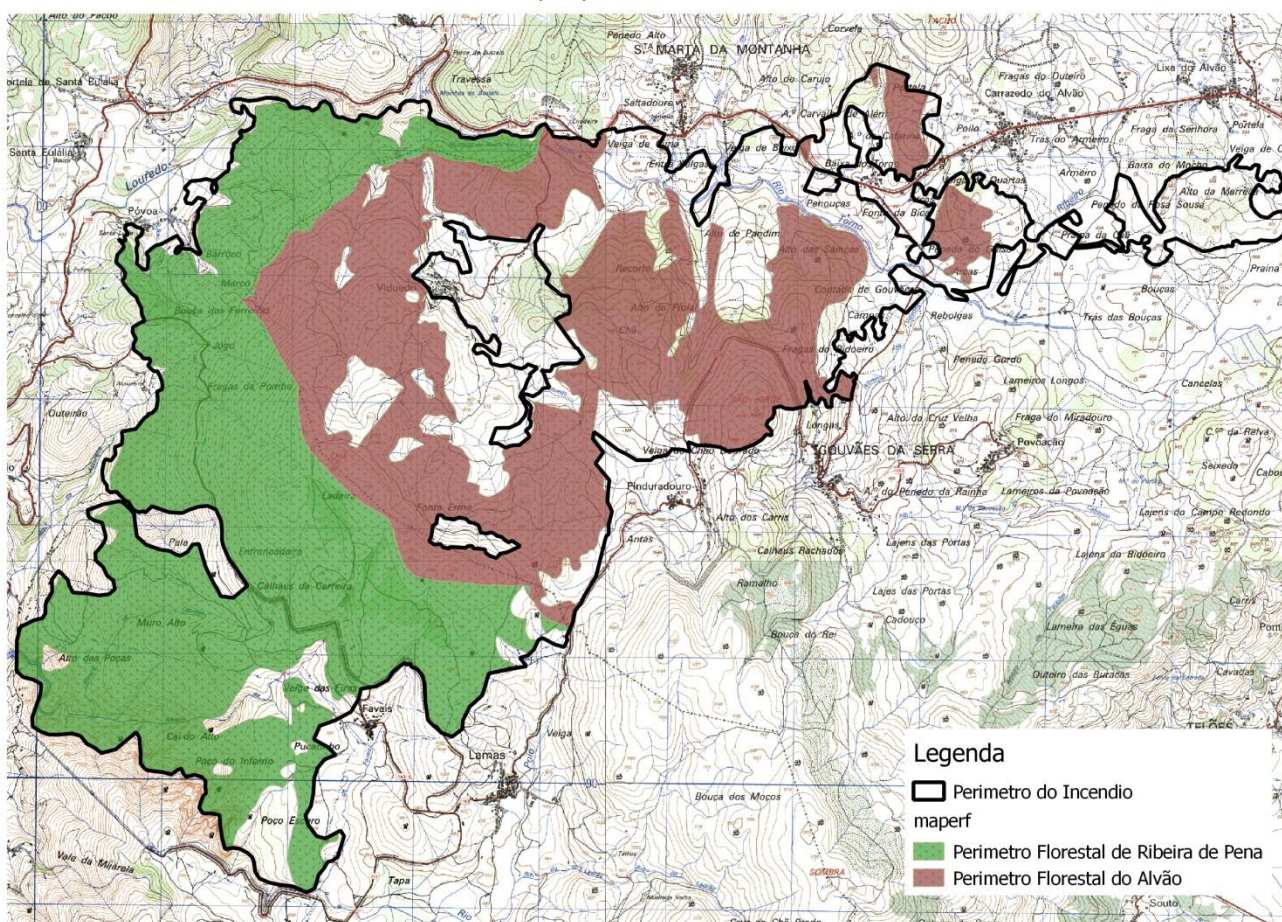
A cartografia do perímetro de área ardida foi elaborada recorrendo a imagens de satélite obtidas por digitalização das imagens Landsat L8 de 15-08 e Landsat L7 de 23-8, com validação da cartografia elaborada pela GNR.

2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

2.1. Total em perímetro florestal

Considerando os declives acentuados, as temperaturas elevadas, o baixo teor de humidade relativa do ar e dos combustíveis, associados ao facto dos incêndios terem tido origem e terem-se desenvolvido inicialmente, em áreas de incultos e de matos, constatou-se uma rápida expansão da área ardida.

Assim, e tendo em conta, os elementos relativos a estas ocorrências arderam 802,75 ha nos PF da Serra do Alvão e 984,64 ha de Ribeira de Pena, o que perfaz 74 % da área ardida.



MAPA 2. ÁREA AFETADA EM PERÍMETRO FLORESTAL PELO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENHA)

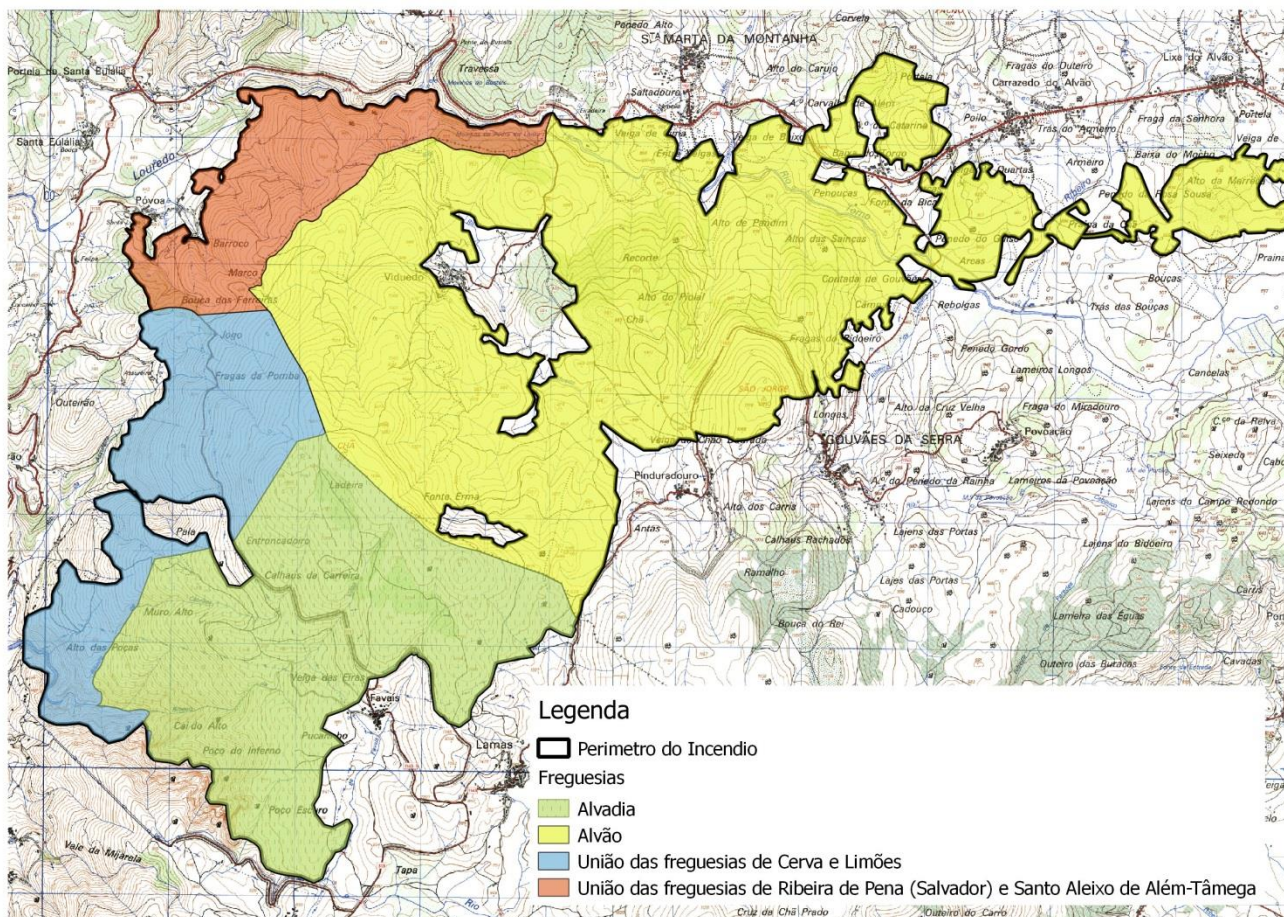
As áreas baldias submetidas a regime florestal afetadas pelo incêndio são as seguintes: Unidade de Baldio de Alvadia, Unidade de Baldio de Cerva, Unidade de Baldio de Limões, Unidade de Baldio Salvador, Unidade de Baldio de Santo Aleixo de Além-Tâmega, Unidade de Baldio de Santa Marinha, Unidade de Baldio de Paredes do Alvão, Unidade de Baldio de Gouvães da Serra, Unidade de Baldio de Carrazedo do Alvão, Unidade de Baldio de Lixa do Alvão e Unidade de Baldio de Santa Marta do Alvão



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

2.2. Concelhos e freguesias

O incêndio teve origem no dia 6 de setembro, às 11 horas e 47 minutos, na freguesia de Alvadia, tendo-se propagado para as freguesias de Alvão do concelho de Vila Pouca de Aguiar, e União das Freguesias de Cerva e Limões, União das freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo Aleixo de Além-Tâmega do concelho de Ribeira de Pena, sendo considerado extinto no dia 15 de setembro. Este incêndio juntou-se a outros dois: Cabriz, Ribeira de Pena e Pinduradouro, Vila Pouca de Aguiar



MAPA 3. ÁREA AFETADA POR FREGUESIA PELO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENHA)

2.3. Ocupação do solo

A distribuição da ocupação do solo na área ardida está conforme se pode visualizar no Quadro I:

Quadro I - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA ARDIDA (HA)
Povoamentos florestais	361,28
Matos e incultos	1765,16
Agricultura	275,87
Urbanos e outros	16,00
TOTAL	2418,31



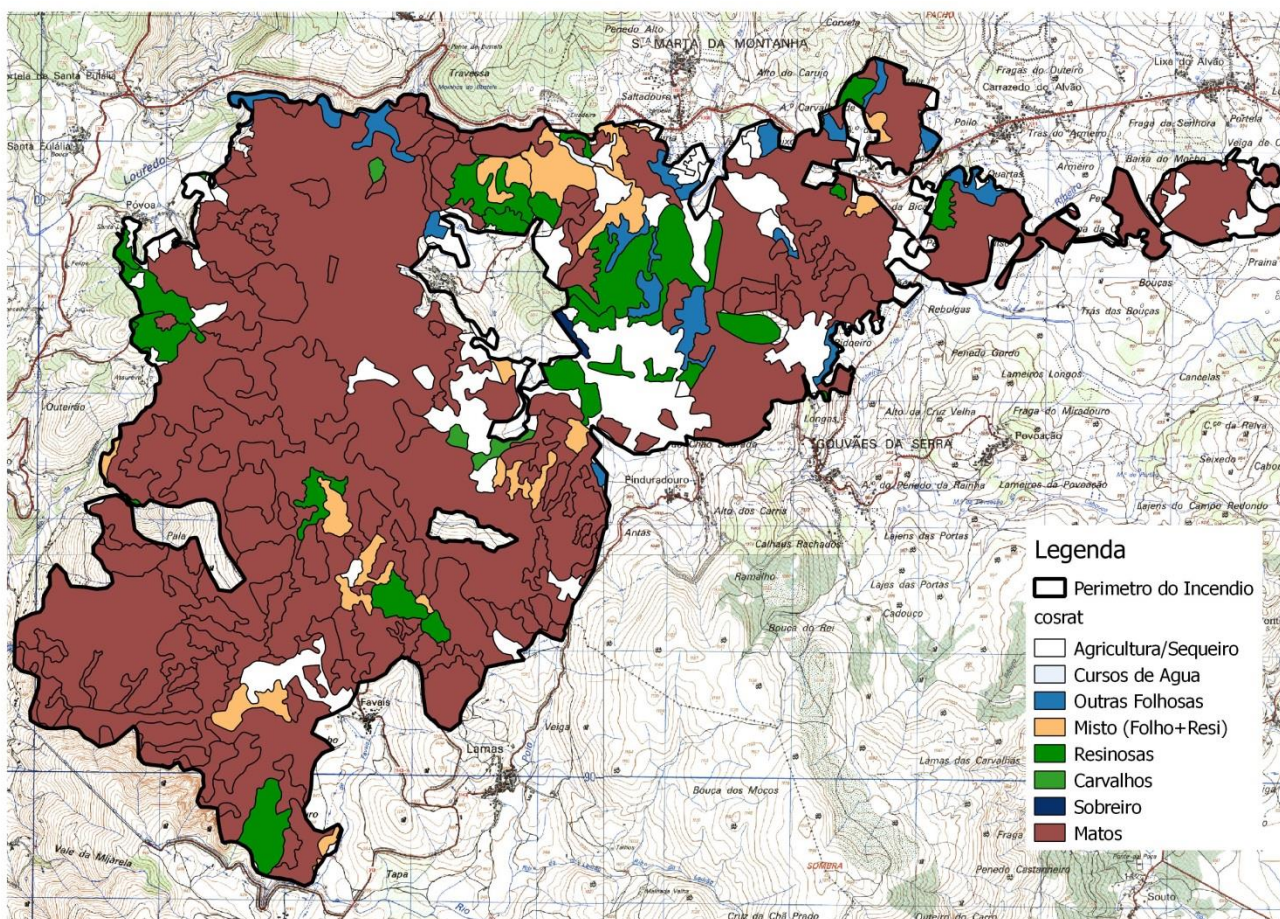
Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

2.4. Espécies florestais

No que concerne à área florestal consumida pelos incêndios apuraram-se os seguintes elementos reportados no Quadro II:

Quadro II – DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE FLORESTAL

ESPÉCIE FLORESTAL	ÁREA ARDIDA (HA)
Sobreiro	2,64
Carvalho	8,20
Folhosas diversas	65,51
Resinosas diversas	185,97
Misto de folhosas e resinosas	98,96
TOTAL	361,28

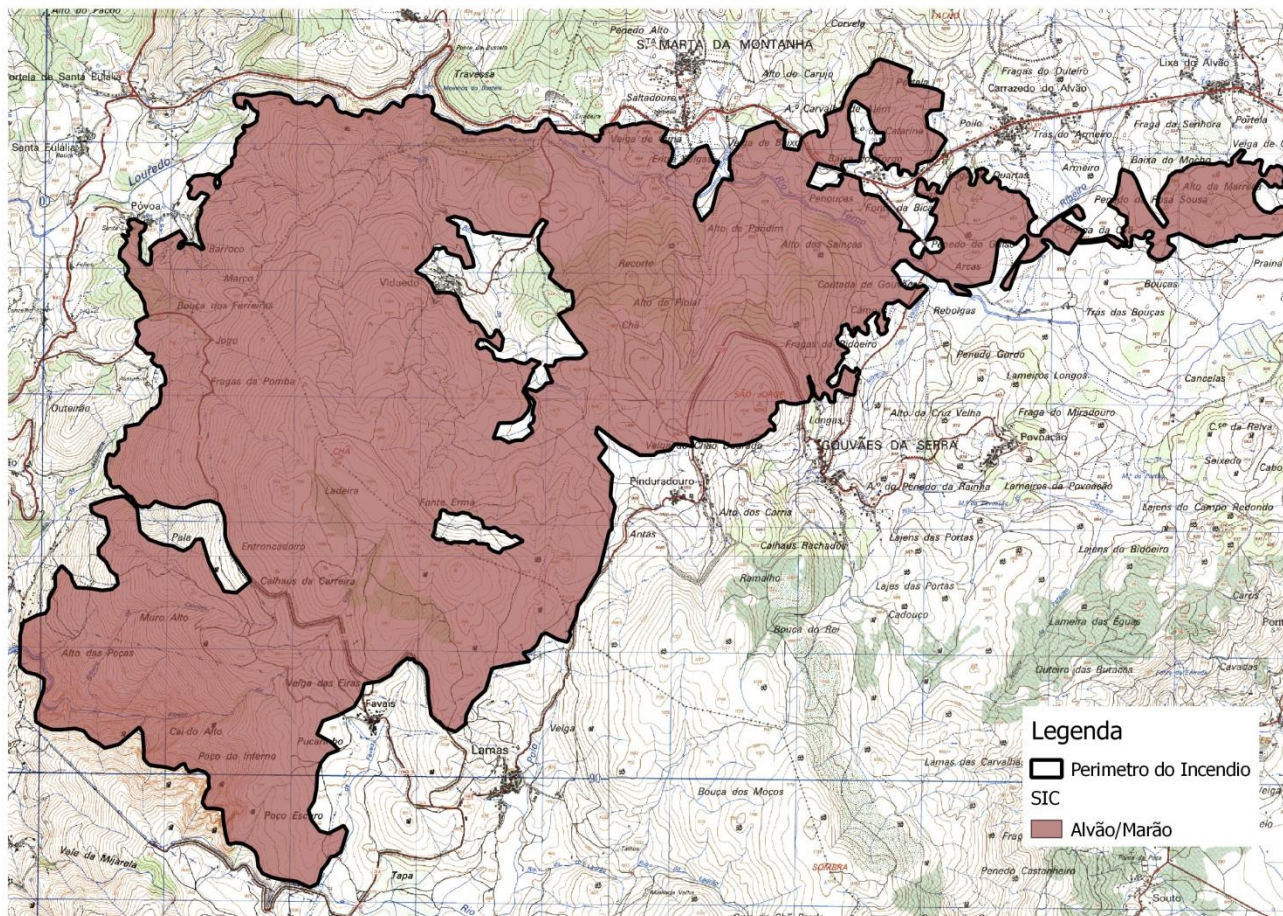


MAPA 4. ÁREA AFETADA POR ESPÉCIE PELO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENNA)



2.5. Áreas classificadas

Relativamente às áreas protegidas, constatou-se que o incêndio propagou-se por toda a área de SIC Alvão-Marão, correspondentes a 100% da área total ardida.



MAPA 5. ÁREA CLASSIFICADA AFETADA PELO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENAS)

2.6. Outras atividades económicas

Atividades económicas localizadas neste concelho que foram altamente prejudicadas com a ocorrência destes incêndios:

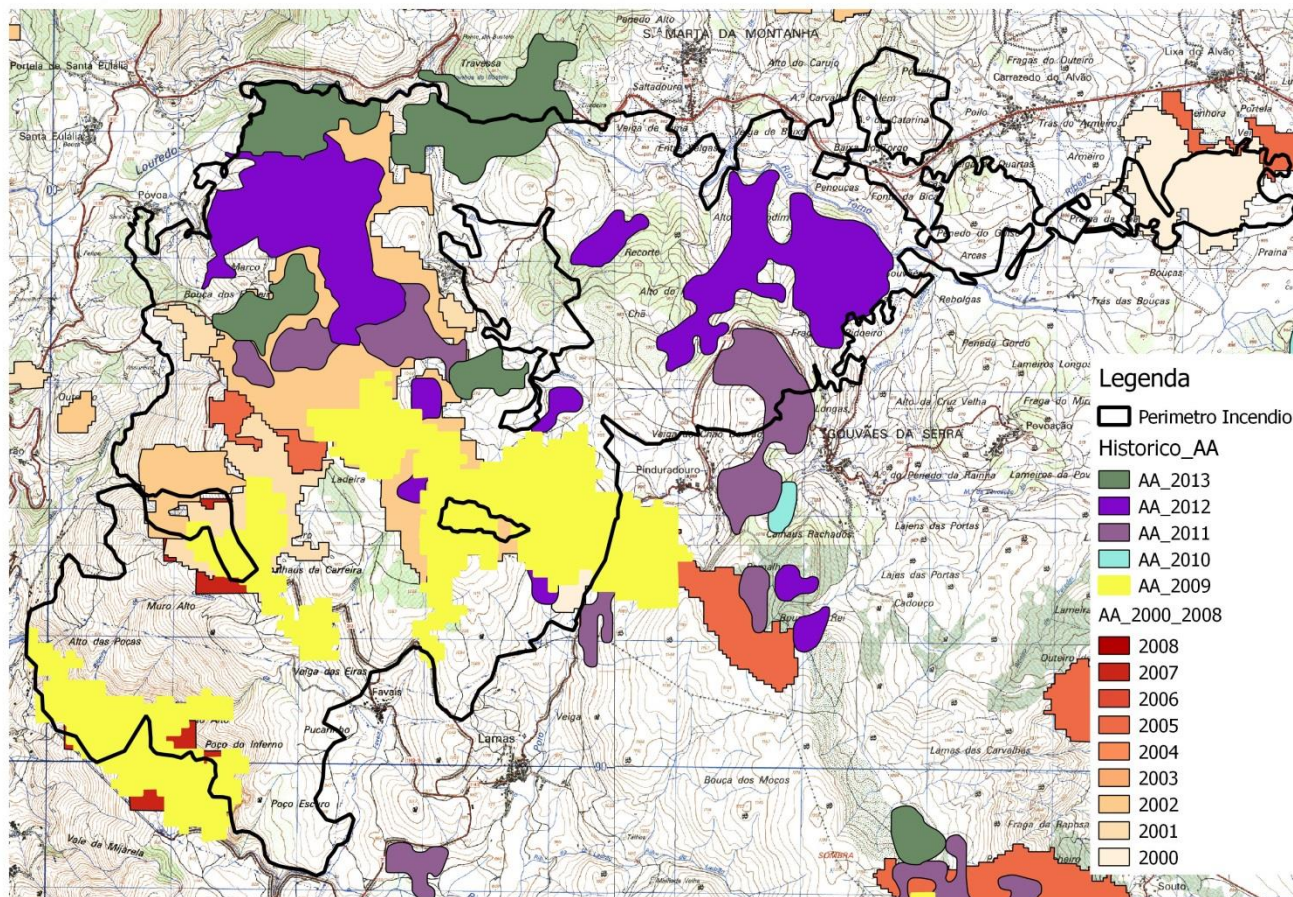
Atividade Apícola - O incêndio afetou vários apiários existentes na região.

Atividade Cinegética – Constatou-se que este incêndio afetou as Zonas de Caça Associativa do Alvão e Municipal de Ribeira de Pena.

A actividade cinegética deverá ser interdita dentro da área do incêndio e de uma faixa de 250 m em redor da mesma, durante os dois próximos anos.



3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS



MAPA 6. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS DA ÁREA DO GIF DE ALVADIA (RIBEIRA DE PENNA)

Do mapeamento realizado das áreas ardidas nos últimos 14 anos, na zona deste incêndio, constata-se a recorrência de vários fogos com proporções significativas que consumiram milhares de hectares de floresta e matos. A esta evidência, e salvo melhor opinião, não será alheio o facto de ser uma região com muito pastoreio e de grande abandono de território que possivelmente potencia a negligência e o incendiário.



4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Verifica-se a diminuição da biodiversidade na área percorrida pelo incêndio, devido à destruição pelo fogo de importantes habitats e espécies autóctones. A implementação de medidas de recuperação de espécies e habitats prioritários da flora deverá ser prioritária. As eventuais ações de arborização deverão ter em consideração o intenso pastoreio existente na zona.

Como medida prioritária importa de imediato, proceder à inventariação de todo o material lenhoso ardido (considerando classes de idade e de dap) com o objetivo de realizar a automarcação daquele que tiver valor comercial para sua colocação à venda com a menor desvalorização possível e providenciar a eliminação do restante de forma a evitar possíveis ataques de pragas e doenças.

Torna-se também importante, escolher bem as árvores a retirar tendo em consideração o grau de intensidade com que o fogo as atingiu. Por norma, devem ser cortadas todas as resinosas que tiverem a copa completamente afetada, sendo aconselhável aguardar sempre que possível, que passe a primavera para decidir sobre a extracção das folhosas e de resinosas menos atingidas pelo fogo.

Por outro lado, constata-se que um dos maiores problemas provocados pelo pós-fogo e que convém precaver está relacionado com a erosão de encostas com declive acentuado e que pode provocar a completa destruição da camada superficial de solo e a impermeabilização do solo (devido às cinzas).

Face ao exposto, as medidas preventivas deveriam ser executadas ainda antes da queda das primeiras chuvas. Tem-se conhecimento no entanto, que o eventual recurso a apoios financeiros do PDR 2020 não se consegue ajustar na maioria dos casos, à agilização de atuação que este processo requer, pelo que deve ser tido em conta que o tempo de análise, decisão e execução podem comprometer a lógica e a pertinência das intervenções consideradas mais urgentes.

Sugere-se ainda, que no âmbito dos trabalhos da exploração florestal, sejam observadas entre outras, algumas das orientações definidas no manual de “Gestão Pós – Fogo” publicado pelo ICNF.

4.1. Combate à erosão e correcção torrencial

Recuperação das infraestruturas danificadas

- a) Remoção de acumulação de materiais florestais (árvores, troncos ou ramos) e de rochas que tenham sido arrastados ou caído para as plataformas de circulação de viaturas e para as valetas e aquedutos;
- b) Garantir a monotorização durante os próximos meses, dos sistemas hidráulicos e de taludes e aterros ao longo da rede viária, realizando obras de consolidação se consideradas necessárias;
- c) Recuperação de pontos de água.



Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas

- a) Em primeiro lugar, importa identificar e monitorizar durante algum tempo, os locais mais susceptíveis a fenómenos erosivos e torrenciais (por exemplo, ter atenção especial a locais alvo de combate ao incêndio com recurso a abertura de faixas de interrupção de combustível com lamina);
- b) No sentido de garantir a maior protecção possível do solo, reduzindo o risco de erosão, deve-se minimizar a movimentação/alteração da camada superficial de solo;
- c) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- d) A movimentação de máquinas a acontecer, deve ser efetuada sempre que possível, segundo as curvas de nível e numa lógica de carregamento e depósito do material lenhoso em local de cota superior, de forma a evitar uma concentração de sulcos que potencie uma maior escorrência de água e terras;
- e) Verificando que o solo se encontra saturado de água, normalmente após ocorrência de longos períodos de precipitação, a utilização de maquinaria pesada deve ser restringida ao imprescindível;
- f) Em locais mais declivosos, a vegetação, os resíduos de exploração e eventualmente, parte do arvoredo consumido pelo fogo devem ser aproveitados para serem colocados em alinhamento segundo as curvas de nível de forma a reduzir o deslizamento e perda de terra nas encostas.

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

- a) Diligenciar o abate de árvores mortas, a limpeza e desobstrução de linhas de água e das passagens hidráulicas;
- b) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- c) Promover a consolidação através da recuperação da vegetação autóctone das margens, privilegiando a regeneração natural e rearborecendo por plantação/sementeira artificial apenas em casos excepcionais (recuperação da galeria ripícola).

Diminuição da perda de biodiversidade

- a) Promover a instalação, através de sementeira ou plantação, de espécies da flora autóctones (carvalhos, sobreiro, azevinho, bétulas, etc.).

4.2. Fitossanidade

- a) Remoção imperiosa das árvores ardidas logo que possível de forma a evitar que se tornem atractivas e colonizadas por insectos prejudiciais;



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

- b) Em consequência, deverão ser cumpridas as medidas específicas para controlo do NMP (Decreto -Lei nº 95/2011, de 8 de agosto, com a redacção dada pelo Decreto – Lei nº 123/2015, de 3 de julho, e a Declaração de Retificação nº 38/2015).



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Alvadia (Ribeira de Pena)

Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas

Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	2418,31	Data Inicio	06-09-2016
Concelho	Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar	Data Fim	15-09-2016
Distrito	Vila Real	NUT III	

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Unica	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	2418,31	Encostas	X
Local	Alvadia	Linhas de água	X
Freguesia	Alvadia	Rede viária	X
Concelho	Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar	Outro	X

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação e tratamento de rede viária	km	40	2300.0	92 000.00 €
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare			
Recuperação de pontos de água	nº	2	3.00 €	6.00 €
Recuperação de cercas para proteção dos povoamentos	hectare			
Substituição de sinalização danificada	nº	100	16.00 €	1 600.00 €
				93 606.00 €

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	36	1 400.00 €	50 400.00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	10	650.00 €	6 500.00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare	22	350.00 €	7 700.00 €
Rompimento da camada do solo repelente à água	hectare			
Tratamento do solo para melhoria das suas características	hectare			
				64 600.00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	84	2 000.00 €	168 000.00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº			
				168 000.00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural	hectare			
Instalação, através de sementeira ou plantação	hectare	170	1 950.00 €	331 500.00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de com	km	10	2 800.00 €	28 000.00 €
Controlo de espécies invasoras	hectare			
Aquisição e instalação de proteções individuais de plantas	nº	30000	1.50 €	45 000.00 €
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	60	300.00 €	18 000.00 €
				422 500.00 €
Total				748 706.00 €

4- Observações: